

# O Ressurgimento da Lavoura Canavieira em São Paulo na Primeira República, 1890–1930<sup>1</sup>

*Tamás Szmrecsányi – Alceu de Arruda Veiga Filho*

UNIVERSIDAD ESTADUAL DE CAMPINAS – SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO PAULO

## RESUMO

O trabalho apresenta as características e examina as causas do reinício da expansão da lavoura canavieira de São Paulo a partir do final do século XIX, quando começaram a manifestar-se, com crescente intensidades, as crises de superprodução do café. Essas crises, no entanto, foram apenas um de seus fatores condicionantes; ao lado delas logo avultou a atuação do poder público, através da Secretaria da Agricultura, criada no Estado logo após a proclamação da República. Trata-se de uma atuação cujo êxito regional iria dar origem à intervenção federal no setor sucroalcooleiro nos anos trinta.

## SUMMARY

The paper presents the features and examines the causes of the resumption of São Paulo's sugarcane crop expansion from the end of the 19th century onwards, when began to appear, with a growing intensity, the coffee over production crises. These, however, were only one of its determining factors; besides them soon appeared the increasing presence of public power through the Department of Agriculture, created in the state immediately after the proclamation of the Republic. The success of that intervention at the regional level would give origin to federal intervention in the sugar and alcohol industry during the 1930s.

O advento da República no Brasil, em novembro de 1889, deu origem a uma profunda reestruturação das instituições estatais – tanto a nível nacional, através da promulgação da Constituição de 1891, como no plano regional, por meio do estabelecimento de administrações públicas autônomas em cada unidade da Federação. A implantação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a partir do início de 1892, insere-se nesse marco institucional e ocorreu no contexto da economia mais rica do País, baseada na produção e nas exportações de café. Esse âmbito descentralizado e essa prosperidade material iriam conservar-se inalterados até a crise econômica de 1929 e a revolução política de outubro de 1930, os dois eventos que puseram fim à primeira fase de nosso regime republicano, e marcaram o início de uma nova etapa no desenvolvimento econômico e social do País, uma eta-

<sup>1</sup> Comunicação apresentada ao simpósio “Los Complejos Azucareros en Argentina, Brasil y México: Actores Sociales y Políticas, 1890–1945”, nas XVI Jornadas de Historia Económica, Quilmes (Buenos Aires), 16–18 de setembro de 1998.

pa voltada para a industrialização crescente e para a expansão do mercado interno.

Criada em novembro de 1891, simultaneamente a três outras, a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas teve sua organização regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 28, de 01/03/1892. Como se pode ver pela sua denominação, essa Secretaria abrangia numerosas atividades, além da supervisão da agricultura e da pecuária. Junto com a Secretaria da Fazenda, criada na mesma época, ela foi o principal órgão público responsável pela formulação e execução das políticas econômicas de âmbito estadual. Subordinavam-se a ela praticamente todos os serviços de utilidade pública –desde o saneamento básico até a energia, os transportes e as telecomunicações, passando pelo controle da imigração, da colonização e das terras devolutas. Sucessivamente reorganizada em 1894, 1896/97, 1900, 1903, 1907, 1911, 1914 e 1926, ela teve, já no final do período em apreço, o seu nome mudado para Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, guardando essa denominação até bem depois da Revolução de 1930.

Durante a Primeira República, a evolução de suas várias atividades foi sendo sistematicamente registrada a partir de 1893, não apenas através dos relatórios anuais dos Secretários da Agricultura, mas também por meio das publicações periódicas do órgão, como o *Boletim de Agricultura*, de frequência mensal, editado ininterruptamente nas quatro primeiras décadas deste século. Além disso, constituem importantes obras de referência sobre

o período dois livros comemorativos do 25º e do 50º aniversário de seu da Secretaria: o *Almanach da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo*, publicado em 1917, e o trabalho de C. B. Schmidt & J. Reis, *Rasgando Horizontes: a Secretaria da Agricultura no seu Cinquentenário*, que data de 1942. Outro testemunho valioso daquela época é o depoimento do ex-Diretor Geral da Secretaria, Eugenio Lefèvre, sobre *A Administração do Estado de São Paulo na República Velha* (São Paulo, 1937, Typ. Cupolo). Na presente comunicação, vamos nos valer fundamentalmente destas fontes para acompanhar a atuação do governo estadual no apoio e fomento da lavoura canavieira paulista durante as quatro décadas de vigência da Primeira República. Essa mesma documentação também nos servirá de base para reconstituir a trajetória da referida lavoura no período em pauta, bem como das indústrias sucroalcoólicas que lhe são vinculadas.

Referências formais à lavoura da cana-de-açúcar, que vinha sendo praticada em São Paulo desde os tempos coloniais, aparecem já nos primeiros relatórios anuais dos Secretários da Agricultura –mais especificamente nos seus anexos e/ou itens referentes às atividades do Instituto Agrônomo de Campinas, criado ainda na época do Império, que praticamente desde sua fundação tem se preocupado com esse cultivo, desenvolvendo experimentos de adubação e, mais tarde, dedicando-se também à seleção de novas variedades. Mas, foi apenas no início deste século, com

a criação do Serviço Agrônomo do Estado (através da Lei Estadual nº 678, de 13/09/1899, e do Decreto nº 752, de 15/03/1900), que a Secretaria da Agricultura passou a dedicar uma atenção mais abrangente e mais sistemática às suas atividades produtivas, conforme se pode observar pelas diversas notas e artigos sobre a lavoura canavieira inseridos já nos primeiros números do *Boletim de Agricultura* mencionado há pouco.

Entre eles, merece ser destacada de saída uma compilação estatística efetuada por Jorge Krichbaum,<sup>2</sup> que dava conta da grande difusão dessa lavoura naquela época em todo o território do Estado, distinguindo de um lado “as grandes plantações nas imediações dos engenhos centraes” das áreas “dos pequenos lavradores, que cultivam a canna de assucar para, em primeiro lugar, fabricar aguardente, rapaduras etc.”, e do outro os diversos estabelecimentos processadores a que se destinavam as produções dessas duas classes de lavoura canavieira. O autor desse trabalho considerava bastante subestimados os dados de produção então disponíveis, apresentados a seguir na tabela I, cujos aumentos de produção, em consequência, podem ser atribuídos em boa parte a deficiências de coleta de dados nos anos iniciais da série.

Apesar de sua visível precariedade, os dados dessa tabela permitem observar o maior valor de produção da aguardente face ao do açúcar,

<sup>2</sup> “A Cultura da Canna e a Indústria As-sucareira no Estado de São Paulo”, *Boletim de Agricultura*, série 3ª, Nº V, maio de 1902, pp.346-348.

Tabela I. Produção da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo no final do século XIX

Anos	Aguardente		Açúcar	
	Pipas de 500 l.	Valor (contos)	Sacos de 60 kg	Valor (contos)
1895	24.111	6.623,7	36.363	1.602,0
1896	34.904	4.955,7	77.819	2.297,8
1897	49.925	7.370,8	89.236	2.724,9
1898	68.762	8.344,1	120.252	2.912,2
1899	80.295	9.604,6	241.849	9.423,4

Fonte: J. Krichbaum (1902), p.347

70

provavelmente refletindo tendências equivalentes no que se refere aos destinos industriais da produção de cana. Trata-se de uma característica que iria se manter até o final do período em pauta. Por outro lado, não passou despercebido ao Autor o fato de que, enquanto a aguardente chegava então a ser exportada por São Paulo, embora em pequenas quantidades,<sup>3</sup> o açúcar era importado pelo Estado, em volumes muito superiores aos da sua produção.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Cf. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, *Relatório Correspondente ao Anno de 1899, apresentado ao Presidente do Estado, Coronel Fernando Prestes de Albuquerque, pelo Dr. Alfredo Guedes, Secretario da Agricultura* (São Paulo, 1900, Typ. do Diário Oficial), p.57.

<sup>4</sup> 730.803 sacos em 1898, 429.691 em 1900 e 560.369 em 1902. Cf. Krichbaum, Op. Cit., p.348; e Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado, pelo Dr. João Batista de Melo Peixoto, Secretario da Agricultura*

Seguiu-se a essa nota estatística uma primeira colaboração de Júlio Brandão Sobrinho, importante técnico da Secretaria, dando suas impressões a respeito da lavoura canavieira e da produção de açúcar na região de Ribeirão Preto, por ele considerada (já naquela época) muito superior às então existentes em Pernambuco, Campos ou Piracicaba.<sup>5</sup> Também este autor assinalou que, não obstante a presença de duas usinas naquela região, a maior parte da cana ali produzida continuava a destinar-se predominantemente ao fabrico de aguardente e rapadura por engenhocas.

Essas considerações foram retomadas e sistematizadas por ele pouco mais de um ano depois, num outro artigo bem mais profundo e abrangente, no qual defendeu abertamente uma maior diversificação agrícola e econômica do Estado, então domina-

*ra-Anno de 1902* (São Paulo, 1903, Typ. do Diário Oficial), p.54.

<sup>5</sup> "A Indústria Assucareira no 3º Districto Agronômico", *Boletim da Agricultura*, série 3ª, Nº VIII, Ago. 1902, pp.519-527.

do pela cafeicultura, através do fomento de sua agroindústria canavieira e das suas fábricas de tecidos de algodão.<sup>6</sup> No que se refere à primeira destas duas alternativas ao café, preconizava de um modo geral a adoção de métodos mais modernos no âmbito da produção agrícola, assim como no da produção industrial das centenas de engenhocas dedicadas ao fabrico de açúcar mascavo e/ou aguardente.<sup>7</sup> Enquanto as daquela modalidade poderiam vir a expandir-se, transformando-se em usinas (num processo que, de fato, acabaria ocorrendo algumas décadas mais tarde), as da segunda deveriam, de acordo com Brandão Sobrinho, vir a dedicar-se também, e cada vez mais, à produção de álcool para fins industriais e energéticos<sup>8</sup> –uma outra mudança que iria efetivamente ocorrer em tempos mais recentes. Devido à sua relevância, vários trechos desse artigo foram reproduzidos e comentados no Relatório de 1903 da Secretaria.<sup>9</sup>

Dois anos mais tarde, esta criou seu próprio serviço estatístico, que realizou um amplo levantamento das

propriedades agropecuárias de todo o Estado,<sup>10</sup> cujos resultados levaram vários anos para serem publicados, e que, infelizmente, não chegou a ter seguimento, ou a ser repetido, durante todo o período da Primeira República, dificultando consideravelmente as comparações intertemporais relativas a ele. No âmbito da agroindústria canavieira do Estado, esse levantamento detectou, para os anos de 1904/05, a presença em São Paulo de canaviais com uma superfície de 48,3 mil hectares, equivalentes a 3,3% da área cultivada, então predominantemente ocupada por cafezais (numa proporção de quase 60% do total). Esses canaviais foram responsáveis, nos anos em pauta, por uma produção de 381.382 sacos de açúcar (de todos os tipos) e de 245.979 pipas de aguardente.<sup>11</sup>

Mas, em termos da aferição do desenvolvimento na época da agroindústria canavieira paulista, uma importância bem maior deve ser atribuída ao alentado estudo setorial reali-

71

<sup>6</sup> Júlio Brandão Sobrinho, “Lavouras de Canna e de Algodão e Industrias do Assucar e de Tecidos no Estado de São Paulo”, *Boletim da Agricultura*, série 4<sup>a</sup>, Nº 12, Dez. 1903, pp.559–606.

<sup>7</sup> Idem, pp.574/575 e 577/578.

<sup>8</sup> Idem, p.583.

<sup>9</sup> Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório de 1903 pelo Dr. Luiz de T. Piza e Almeida, Secretario da Agricultura* (São Paulo, 1904, Typ. do Diário Official), no qual a lavoura canavieira é tratada às pp. 30–38.

<sup>10</sup> Veja-se a respeito Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura – Anno de 1905* (São Paulo, 1906, Typ. Brazil), pp. VII e 45–55.

<sup>11</sup> Dados referidos originalmente em alqueires, arrobas (= 15 quilos) e litros. Cf. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura – Anno de 1906* (São Paulo, 1907, Typ. Brazil), p. 47, quadro IX.

zado em 1904 pelo Eng. Frederic H. Sawyer.<sup>12</sup> Publicado como livro no ano seguinte, sob a égide da Secretaria, este trabalho constitui uma preciosa obra de referência sobre o período. Uma obra que, do ponto de vista cronológico e qualitativo, só foi precedida pelo relatório feito um ano antes por outro engenheiro, o francês J. Picard, mas que só recentemente chegou a ser traduzido no Brasil.<sup>13</sup> Neste último trabalho, Sawyer inclusive aparece como um dos personagens, por ter sido, antes de trabalhar na Secretaria, funcionário da usina de Villa Raffard, em Capivari, então já de propriedade francesa, e que mais tarde iria ser incorporada à Société de Sucreries Brésiliennes.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> *Estudo sobre a Indústria Assucareira no Estado de São Paulo comparada com as dos demais Países, apresentado ao Dr. Carlos Botelho, M.D. Secretário da Agricultura* (São Paulo, 1907, Typ. Brazil).

<sup>13</sup> *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim: Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903* (São Paulo, 1996, Ed. Hucitec).

<sup>14</sup> Op. Cit., p.72. Além dessa circunstância, Sawyer ainda apresentava um outro traço comum a Picard – qual seja a experiência internacional de ambos, incluindo, tanto num caso como no outro, passagens pelos canaviais e usinas da Província argentina de Tucumán. Sobre as origens e o desenvolvimento inicial da referida empresa francesa, veja-se Tamás Szmrecsányi, “A French Free-Standing Company in Brazil’s Sugar Industry: a Case Study of Société de Sucreries Brésiliennes, 1907–1922”, cap. 10 de Mira Wilkins & Harm Schröter (Eds.), *The Free-Standing*

O livro de Sawyer compreende três partes, subdivididas em capítulos e relativas aos seguintes temas: I. “A Cultura da Canna” (pp.3–100); II. “Engenhos Paulistas e Estrangeiros” (pp.101–202); e III. “Commercio dos Assucares” (pp.203–230). A primeira parte apresenta as observações resultantes de uma pesquisa de campo, que levou o Autor a visitar todas as principais áreas canavieiras do Estado, cujas práticas de cultivo, rendimentos etc. foram em seguida comparados aos de outros países produtores de açúcar de cana. A segunda analisa a produção industrial das usinas paulistas da época, então ainda (impropriamente) chamadas de “engenhos”<sup>15</sup> – a saber: as quatro sociedades anônimas de propriedade francesa, seis outras empresas individuais ou familiares pertencentes a brasileiros, e mais uma que ainda se encontrava em fase de implantação. Também nessa parte são feitas comparações entre a agroindústria canavieira paulista de um lado e as de Cuba e do Havaí do outro. Finalmente, a terceira parte refere-se à comercialização do açúcar produzido em São Paulo, assim como às importações do produto procedentes do Nordeste brasileiro.

A respeito dessa região, vale a pena mencionar ainda um outro trabalho de Sawyer, também publicado em 1905 pela Secretaria da Agricultura

*Company in the World Economy, 1830–1916* (Oxford University Press, 1998), pp.279–290.

<sup>15</sup> Apesar de utilizá-la, Sawyer apenas aceitava em termos essa denominação, tendo sido inclusive um crítico da concepção dos engenhos centrais. Cf. *Estudo*, p.106.

ra de São Paulo. Trata-se do seu relatório de uma visita feita naquele ano aos Estados de Pernambuco e de Alagoas.<sup>16</sup> As opiniões dele a respeito das usinas do primeiro desses Estados não chegavam a ser muito lisonjeiras:

“Quanto aos engenhos (sic), não temos nada a aprender do Estado de Pernambuco. São relativamente mais atrasados que os nossos de São Paulo, e muito aquém dos engenhos (sic) da Bahia. Duvidamos que em todo aquelle Estado exista um engenho melhor que o de Piracicaba, apesar dos seus defeitos assignados em nosso estudo”.<sup>17</sup>

No que se refere ao Estado de Alagoas, Sawyer ficou bastante bem impressionado com duas das quatro usinas que visitou (Brasileiro e Leão),<sup>18</sup> espantando-se porém com o grande número (quase mil) e a tecnologia primitiva dos engenhos banguês ali existentes.<sup>19</sup> E, nas conclusões gerais deste relatório, chegou a mostrar-se veemente a respeito:

“É preciso notar que, se não é possível sustentar concorrência com outros países na fabricação de assucar, não é por culpa do solo, nem do clima brasileiro, nem

por falta de pessoal, nem pela elevação dos jornais.<sup>20</sup> Tampouco é por falta de conhecimentos do que se faz em outras terras e do que se pode fazer no Brazil... É, pois, por defeitos de character, falta de energia, apego cego à rotina, ou individualismo feroz...”<sup>21</sup>

“Legislar para prolongar a vida dos engenhos velhos... de engenhocas, e banguês d’outrora seria um grande erro econômico e traria consigo o correspondente castigo.... A verdadeira política econômica seria deixá-los morrer, pois não têm forças para viver. Para ressuscitar é preciso morrer”.<sup>22</sup>

Outro exercício comparativo do mesmo gênero seria desenvolvido alguns anos mais tarde no Estado do Rio de Janeiro por Júlio Brandão Sobrinho.<sup>23</sup> Mas, antes de examiná-lo, convém acompanhar mais de perto a sequência de relatórios anuais da Secretaria, bem como das edições mensais do já citado *Boletim da Agricultura*.

Nos anos de 1908 e 1909, este último publicou uma série de artigos técnicos sobre o cultivo da cana, de autoria do Eng. Gustavo D’Utra, resultantes de experimentos desenvolvidos a respeito no Instituto Agrônô-

<sup>16</sup> Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado à Sociedade Paulista de Agricultura, Commercio e Indústria por Frederic H. Sawyer, Cavalheiro da Ordem Imperial da Rosa por Serviços Militares, Membro do Instituto C.E., do Inst. N.A.F.R.G.S., Membro da Soc. Paulista A.C.I. e Representante da mesma sociedade na Conferência Assucareira do Recife* (São Paulo, 1905, Typ. Brazil)

<sup>17</sup> Idem, p.27.

<sup>18</sup> Idem, pp.36-38.

<sup>19</sup> Idem, pp.38 e 42/43.

<sup>20</sup> Salários por dia, ou diárias.

<sup>21</sup> F. H. Sawyer, Op. Cit., p.43.

<sup>22</sup> Idem, p.44.

<sup>23</sup> *A Lavoura da Canna e a Indústria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense: Campos e Macahé em contraste com S. Paulo, Relatório Apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Antonio de Padua Salles, DD. Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Públicas* (São Paulo, 1912, Typ. Brazil).

mico de Campinas.<sup>24</sup> Por outro lado, a partir do final da primeira década do século XX, os relatórios anuais dos Secretários da Agricultura de São Paulo passaram a apresentar sistematicamente dados referentes à evolução da agroindústria canavieira do Estado.

Através deles, pode-se observar que essa agroindústria continuava então ainda muito mais voltada para a produção de aguardente (e, em menor escala, de álcool) do que para a produção de açúcar propriamente dito. Como se pode observar na tabela II, apresentada a seguir, este continuava a ser majoritariamente importado de outros Estados – principalmente do Nordeste, enquanto que a produção de aguardente mantinha-se suficiente para abastecer o mercado paulista.<sup>25</sup> Na verdade, as importações de açúcar de São Paulo estavam aumentando tanto em termos absolutos como em relação a seu crescente consumo interno desse produto. Esta situação só iria alterar-se temporariamente com o advento da I Guerra Mundial, e, de modo definitivo depois de 1930.

<sup>24</sup> “Cultura Aperfeiçoada da Cana de Assucar”, *Boletim da Agricultura*, série 9ª, Nº XII, Dez., 1908, pp.944–965; “Plantio Aperfeiçoado da Cana de Assucar”, *Idem*, série 10, Nº X, Out., 1909, pp.835–843; *Ibidem*, série 10, Nº XI, Nov., 1909, pp.867–892.

<sup>25</sup> Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins, Presidente do Estado, pelo dr. Antonio de Padua Salles, Secretario da Agricultura, Annos 1910–1911* (São Paulo, 1912, Typ. Brazil), p.74.

Os mesmos relatórios ainda mostram que, em 1909, as fábricas açucareiras e alcooleiras de São Paulo tinham um capital conjunto de 10.356,1 contos de reis, equivalente a 7,17% do capital total das empresas industriais do Estado, ocupando neste particular o quinto lugar na indústria paulista. Naquele mesmo ano, empregavam 2.331 operários, ou 11,86% do total, constituindo sob este aspecto o quarto ramo fabril mais importante de São Paulo. Mas, a posição delas ainda era mais importante no que se refere ao valor da produção, embora este fosse equivalente a somente 7,07% do total estadual. Com seus 19.937,3 contos naquele ano, as usinas ocupavam o segundo lugar na indústria paulista, apenas tendo sido superadas neste particular pelo valor da produção da indústria têxtil.<sup>26</sup>

O estudo de Júlio Brandão Sobrinho referido há pouco teve uma ampla repercussão a nível da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Antes mesmo da sua publicação, um resumo do mesmo foi apresentado no Relatório do Secretário, precedido de uma nota sobre a atuação do seu autor na Quarta Conferência Açucareira realizada em Campos sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura.<sup>27</sup> Dessa nota, achamos oportuno transcrever os dois parágrafos que seguem, devido ao caráter premonitório que eles

<sup>26</sup> *Idem*, p.77.

<sup>27</sup> *Idem*, pp.82–84. Para o título completo do trabalho de Júlio Brandão Sobrinho, veja-se acima a nota 23.

Tabela II. *Evolução da Produção e do Consumo de Açúcar, Aguardente e Alcool no Estado de São Paulo*

Anos	Produção de Açúcar <sup>(1)</sup>	Importação de Açúcar <sup>(1)</sup>	Importação/Consumo <sup>(2)</sup>	Produção de Aguardente de álcool <sup>(3)</sup>
1909/10	24.135	49.575	67,3	122.599
1910/11	23.915	47.953	66,7	122.635
1911/12	26.274	61.333	70,0	124.943
1912/13	24.878	71.791	74,3	124.447
1913/14	24.369	74.825	75,4	116.923

Fonte: Relatórios da Secretaria da Agricultura para os anos de 1910/11, 1912/13 e 1914.

(1) toneladas

(2) % das importações sobre a produção mais as importações

(3) 1000 litros

têm em relação a períodos bem mais recentes do sub-setor:

“O representante do governo apresentou desenvolvido e minucioso relatório, que está sendo publicado, sobre as múltiplas theses apresentadas, discutidas e resolvidas naquela Conferencia, e dentre as quaes avulta como mais importante a referente à valorização do assucar.”

“De accordo com as instruções que lhe foram dadas, o representante do Governo combateu o plano de valorização por contrário à política econômica paulista, que cogita de reduzir o custo de vida para facilitar a imigração, e desnecessário à indústria assucareira do Estado, perfeitamente garantida pela qualidade do producto e pelas tarifas das estradas de ferro”.<sup>28</sup>

No resumo do trabalho propriamente dito, afirma-se que, apesar do município de Campos configurar um “verdadeiro habitat da canna de assucar”, a lavoura canavieira paulista era também “muito próspera e rendosa, tendendo a desenvolver-se cada

vez mais, favorecida... pelas importantes e aperfeiçoadas usinas existentes, as quaes ainda não podem satisfazer às necessidades do consumo”.<sup>29</sup> As vantagens da agroindústria canavieira de São Paulo eram particularmente notórias no âmbito industrial – tanto devido ao maior tamanho de suas usinas, como por causa da qualidade de suas máquinas e equipamentos.<sup>30</sup> Essa superioridade, porém, restringia-se apenas ao plano nacional, uma vez que:

“As vantagens offerecidas pela indústria paulista ... nada são (quando) comparadas com as que se observam em Cuba, Egypto, etc., onde devemos e podemos copiar alguma cousa sob o ponto de vista agricola e industrial”.<sup>31</sup>

A eclosão da I Guerra Mundial teve efeitos profundos e duradouros na agroindústria canavieira de São Paulo, cujos preços remuneradores – face aos de outros produtos, notadamente

<sup>29</sup> Idem, p.82.

<sup>30</sup> Idem, p.83.

<sup>31</sup> Idem, p.84.

<sup>28</sup> Op. Cit., p.81.

o café – não tardaram a atrair crescentes investimentos para o sub-setor, fazendo aumentar o volume da produção local de açúcar e diminuir o peso relativo de suas importações do Nordeste.<sup>32</sup> Esta tendência foi devida não apenas ao ingresso de novos produtores na agroindústria, mas também a transferências dentro dela, tanto de capitais como da oferta de matéria-prima, do fabrico – ainda preponderante – de aguardente para a produção de açúcar propriamente dita. Ela sofreu uma interrupção entre 1917 e 1919, devido à grande geada que houve em São Paulo no ano de 1918, e outra a partir de 1923/24, provocada pelo surto do mosaico, o qual só iria ser definitivamente debelado no final dos anos vinte.

76

Os dados apresentados nos relatórios de 1916 em diante nos permitiram construir séries estatísticas anuais, dos volumes e valores da produção de açúcar e de aguardente e álcool, até o final da Primeira República, séries essas que são apresentadas a seguir na tabela III. Nessa construção, valemo-nos também de alguns dados constantes da publicação comemora-

tiva do 25º aniversário da Secretaria da Agricultura de São Paulo.<sup>33</sup>

Além dos dados incluídos na tabela acima, constam da referida publicação comemorativa algumas estimativas relativas à evolução das áreas cultivadas com cana e da produção de açúcar e de aguardente nos biênios 1894/95, 1900/01, 1904/05, 1910/11 e 1914/15. Apesar de sua precariedade, esses números mostram os avanços da agroindústria canavieira paulista nos 25 anos iniciais da Primeira República.<sup>34</sup> Nesse período, as áreas cultivadas com cana cresceram 6,6 vezes, passando de 9.365 para 61.952 ha, equivalentes respectivamente a 1,7 e a 3,1% do total das áreas cultivadas no Estado. Por sua vez, a produção cresceu seis vezes no caso da aguardente e do álcool, passando de 225.000 a 1.137.657 litros entre 1894/95 e 1914/15.

Com relação a estes números, nunca é demais lembrar que, enquanto a maior parte da produção de açúcar estava concentrada num pequeno número de unidades relativamente grandes – as usinas – o grosso da produção de aguardente permanecia disperso por centenas de engenhocas de médio e pequeno porte. Assim, na medida em que a agroindústria canavieira paulista passava a produzir mais açúcar e menos aguardente, estava se dando também ao mesmo tempo um processo, ainda que lento,

<sup>32</sup> Com relação ao impacto e às consequências da I Guerra Mundial, veja-se Tamás Szmrecsányi, “Crescimento e Crise da Agroindústria Açucareira do Brasil, 1914–1939”, *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, 3(7), jun. 1988, pp.42–68. Este mesmo artigo foi também publicado em espanhol na revista *HISLA*, N° IX, 1º semestre de 1988, p.45–79.

<sup>33</sup> Trata-se do *Almanach da Secretaria... para o Anno de 1917*, referido no início desta comunicação.

<sup>34</sup> *Idem*, pp.257/258.

Tabela III. *Evolução dos Volumes e Valores da Produção Paulista de Açúcar e de Aguardente e Alcool*

Anos	Produção de Açúcar (sacas)	Valores (mil reis)	Valores Médios reis/saca	Produção de Aguardente & Alcool (litros)	Valores (mil reis)	Valores Médios (reis/litro)
1910/11	398.590	6.665:940	16 \$724	122.634.800	30.858:700	\$252
1911/12	437.894	11.331:548	25 \$877	124.942.880	38.082:864	\$305
1912/13	414.632	8.549:329	20 \$619	124.318.180	38.185:646	\$307
1913/14	406.154	7.620:590	18 \$763	116.922.552	35.076:765	\$300
1914/15	540.289	14.667:002	27 \$147	113.765.700	34.082:514	\$300
1915/16	615.951	20.748:019	33 \$685	113.494.178	31.411:880	\$277
1916/17	612.924	22.226:502	36 \$263	103.186.255	31.929:035	\$309
1917/18	238.141	10.825:347	45 \$458	62.729.698	32.487:763	\$518
1918/19	480.425	24.672:000	50 \$410	84.336.259	43.496:000	\$516
1919/20	528.821	33.971:161	64 \$239	95.388.042	49.406:877	\$518
1920/21	566.897	23.496:092	41 \$447	98.652.391	51.692:926	\$524
1921/22	729.459	24.235:971	33 \$225	100.268.841	52.770:177	\$526
1922/23	612.034	41.138:890	66 \$672	84.125.556+	Nd	Nd
1923/24	348.535	27.520:815	78 \$961	47.867.441+	Nd	Nd
1924/25	226.639	13.355:235	58 \$927	47.152.600	64.447:800	1\$367
1925/26	451.480	23.551:577	52 \$165	60.275.000	48.220:000	\$800
1926/27	743.170	40.863:487	55 \$059	62.400.000	65.005:691	1\$042
1927/28	1.035.486	64.388:309	62 \$182	70.547.258	73.375:790	1\$040
1928/29	1.149.390	66.664:620	58 \$000	78.301.456	81.439:754	1\$040
1929/30	1.278.742	48.592:196	38 \$000	82.681.870	82.681:870	1\$000

Fonte: Relatórios Anuais e Almanach da Secretaria da Agricultura

Notas: (+) Estimativas

Nd: não-disponíveis

77

de concentração e centralização dos capitais no sub-setor.<sup>35</sup>

A mesma publicação comemorativa apresentava também dois quadros detalhados com indicadores técnicos e econômicos das quinze usinas açucareiras existentes no Estado às vés-

peras da I Guerra Mundial. Esses quadros passaram a ser posteriormente reproduzidos e atualizados nos sucessivos relatórios anuais dos Secretários da Agricultura, permitindo um melhor acompanhamento da evolução das mesmas através do tempo.

Por terem “garantido um consumo médio (anual) de 1,5 milhão de sacas”, tais indústrias tinham todas as condições possíveis para expandir-se.<sup>36</sup> Foi de fato isso que acabou ocorrendo a partir da I Guerra Mundial, não obstante a grande geada de 1918 e o surto de mosaico em meados da

<sup>35</sup> Sobre esse processo, veja-se o trabalho mencionado acima na nota 32 e a tese de doutorado de Pedro Ramos, *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*, defendida em 1991 na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, e que está prestes a ser publicada como livro.

<sup>36</sup> Almanach, pp. 266/267.

década de 1920. E um aspecto importante dessa expansão foi o papel ativo que nela teve a Secretaria de Agricultura do Estado,<sup>37</sup> seja promovendo –já a partir de 1922– os primeiros ensaios do uso de álcool como carburante em motores a explosão,<sup>38</sup> seja combatendo e erradicando o mosaico mediante a introdução e difusão de novas variedades de cana.

O primeiro registro da incidência dessa moléstia figura no Relatório de 1924.<sup>39</sup> Em junho daquele ano, o Secretário da Agricultura pediu ao Prof. José Vizioli, da Escola “Luiz de Queiroz” de Piracicaba, que fizesse um diagnóstico a respeito, o qual resultou num relatório, que foi posteriormente publicado.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> Algumas idéias iniciais a esse respeito foram apresentadas em Tamás Szmrecsányi, “Agrarian Bourgeoisie, Regional Government and the Origins of São Paulo’s Modern Sugar Industry, 1870–1930”, *Cadernos IG/UNICAMP*, 2(1), Mar. 1992, pp.125–135.

<sup>38</sup> Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Washington Luis, Presidente do Estado, pelo Dr. Heitor Teixeira Penteadó, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Públicas – Anno de 1922* (São Paulo, sd, se), p.18.

<sup>39</sup> Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado, pelo Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Públicas – Anno de 1924* (São Paulo, sd, se), pp.7/8.

<sup>40</sup> “Nos Cannaviais do Estado: os Dannos Causados pela Praga e Molestias nas

Nesse trabalho de Vizioli eram mencionados os principais efeitos do mosaico na lavoura canavieira paulista, a saber: (1) a redução da tonelagem de cana por unidade de área; (2) a redução da quantidade de sacarose por unidade de peso; e (3) o enfraquecimento geral das plantas, aumentando sua suscetibilidade a outras doenças e pragas.<sup>41</sup> As recomendações daí resultantes foram muito além do simples combate imediato ao mosaico, na medida em que contemplavam o início de estudos sistemáticos de “todos os agentes pathogenicos... nocivos à planta”, bem como das variedades (de cana) adaptáveis ou já adaptadas”, para a criação “por seleção (de) variedades resistentes” a serem “depois distribuídas aos agricultores de canna do Estado”.<sup>42</sup> Ou seja, elas abrangiam um programa de atividades de amplo espectro e de longa duração, programa esse que não foi –e nem poderia ter sido– implantado de imediato, só vindo a ser definitivamente estabelecido alguns anos mais tarde.

Bem mais efetivas a curto prazo foram as medidas que ele propôs para enfrentar o mal no âmbito das unidades produtivas, como, por exemplo, as de evitar a produção de milho nas proximidades de canaviais, e de impedir a invasão dos mesmos por outras gramíneas.<sup>43</sup> De qualquer for-

Culturas”, *Boletim da Agricultura*, série 25, Nº 10, Out., 1924, pp.455–462.

<sup>41</sup> Idem, p.458.

<sup>42</sup> Idem, pp.458/439.

<sup>43</sup> Idem, p.460. Em compensação, as suas opiniões a respeito das queimadas continuam sendo ignoradas até hoje. “A queima –dizia Vizioli em seu relatório–

ma, os efeitos do mosaico em São Paulo se fizeram sentir com maior intensidade nos anos de 1923 a 1927, e nesse período foram feitos outros estudos pelo mesmo especialista, os quais acabaram resultando em importantes iniciativas por parte do governo estadual.

Assim, num longo relatório, de julho de 1926, publicado em dois números seguidos do *Boletim da Agricultura*, Vizioli pôde estender-se sobre as condições de funcionamento da agroindústria canavieira paulista.<sup>44</sup> Mostrou em primeiro lugar que a produção da mesma era bem maior do que se supunha na época, com base nas estatísticas então disponíveis<sup>45</sup> Estimou a seguir o consumo *per capita* de açúcar no Estado e o consumo total de álcool e aguardente, apontando para a possibilidade de São Paulo vir a autoabastecer-se desses produtos, fazendo para tanto um breve exame do nível tecnológico então vigente nas

usinas paulistas.<sup>46</sup> Mas, o ponto alto da primeira parte de seu relatório reside na análise das variedades de cana que estavam sendo cultivadas na época em São Paulo,<sup>47</sup> bem como das condições de solos e climas dos canaviais paulistas, fatores que ele focalizou em termos de incidência de mosaico, apontando para a necessidade da introdução de novas variedades, que fossem simultaneamente mais produtivas e menos suscetíveis à doença do que as então existentes.<sup>48</sup>

Por sua vez, a segunda parte do referido relatório era especificamente dedicada às moléstias e pragas da cana, com destaque –como não poderia deixar de ser– para o mosaico. Além de caracterizar com precisão a etiologia dessa moléstia e os seus principais efeitos,<sup>49</sup> Vizioli apresentou uma descrição das pragas mais comuns nos canaviais paulistas,<sup>50</sup> destacando entre suas conclusões “que a lavoura canavieira se encontra num estado deplorável de decadência”, e solicitando a criação em Piracicaba de uma estação experimental para o estudo dos problemas apontados, e para promover a introdução de novas variedades de cana no Estado.<sup>51</sup>

Essa estação acabou sendo efetivamente criada em 1927, junto à Escola de Agronomia do Estado, com o fim específico de introduzir, testar e difundir novas variedades de cana em

---

é uma operação que vem sendo condenada em todos os países assucareiros do mundo, onde a Entomologia experimental e applicada tem progredido a par com a Agricultura Moderna. Há quasi 20 anos que essa medida irracional ... começou a ser abandonada... porque, ao mesmo tempo que mata uma praga, ella extingue todos os inimigos naturaes...; destroe também a matéria organica de que os solos cultivados com canna tanto carecem”. Idem, p.461.

<sup>44</sup> José Vizioli, “A presente Situação da Indústria Assucareira no Estado de São Paulo”, *Boletim da Agricultura*, serie 27, no. 10, Out., 1926, pp.320–355 e no. 11, Nov., 1926, pp.299–423.

<sup>45</sup> Idem, pp.323–327.

<sup>46</sup> Idem, pp.328 e 334/335.

<sup>47</sup> Idem, pp.335–343.

<sup>48</sup> Idem, pp.344–355.

<sup>49</sup> Idem, pp.400–404.

<sup>50</sup> Idem, pp.414–420.

<sup>51</sup> Idem, pp.421/422.

São Paulo.<sup>52</sup> Ela teve por modelo a Estação Experimental de Tucumán, na Argentina, a qual foi devidamente visitada por José Vizioli, que publicou a respeito um circunstanciado e interessante artigo.<sup>53</sup> Além de ter exercido esse papel, a referida estação tornou-se uma das principais fornecedoras de mudas forâneas para a criação, no Estado, das novas variedades mais adaptadas às condições de São Paulo.

Mesmo antes de haver sido alcançado seu pleno funcionamento, a situação da lavoura canavieira paulista foi melhorando consideravelmente, conforme se pode constatar, não apenas nos Relatórios da Secretaria,<sup>54</sup>

<sup>52</sup> Veja-se a respeito o item “Defesa da Canna de Assucar” em Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo, *Relatório Apresentado ao Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado, pelo Dr. Fernando Costa, Secretario da Agricultura, Industria e Commercio – Anno de 1927* (São Paulo, sd, se), pp. 50–55; o item “3ª Secção Technica”, em Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo, *Relatorio Appresentado ao Dr. Júlio Prestes da Albuquerque, Presidente do Estado, pelo Dr. Fernando Costa, secretario da Agricultura, Industria e Commercio – Anno de 1928* (São Paulo, sd, se), pp. 66–72; e as páginas 49–58 do Relatório de 1929, mencionado na nota 55.

<sup>53</sup> “A Industria Assucareira na República Argentina”, *Boletim da Agricultura*, série 28, Nº1, Jan. 1927, pp1–37.

<sup>54</sup> “A Lavoura da canna de assucar, ameaçada pelo mosaico, já não causa apreensões. Promoveu-se a substituição das antigas variedades por outra mais resistentes ao mal... “ Cf. p. X da

mas também nas estatísticas de produção da Tabela III. Nesta, pode-se observar que a produção de açúcar do Estado não só se recuperou a partir de 1926/27, como atingiu um outro patamar, ultrapassando o nível anual de um milhão de sacas, e apresentando um crescimento contínuo até o final da série. Esse amplo e rápido crescimento acabou contribuindo poderosamente para a superprodução de açúcar a nível nacional do início da década de 1930, a qual daria origem a uma longa e abrangente política intervencionista por parte do Governo Federal, que já foi exaustivamente analisado por numerosos trabalhos.

Mas, poucos lembram atualmente que, naqueles últimos anos da Primeira República, o governo paulista havia tomado a si “os serviços de inspecção e fomento da cultura da canna”, bem como a investigação e o solucionamento de seus problemas:

“Abrangendo a parte agricola, industrial e econômica da matéria que lhe é affecta, attendeu às consultas que , sob diversos pontos de vista, lhe fizeram os interessados; realizou numerosas pesquisas nos laboratórios e campos de experiências; fez observações locais nas innumeradas plantações existentes no Estado e, para satisfazer pedidos de vários agricultores, examinou todos os materiaes que lhe remettersam”.<sup>55</sup>

Introdução do Secretario ao Relatório de 1928, mencionado acima na nota 52.

<sup>55</sup> Secretaria dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo, *Relatorio Appresentado ao Dr. Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado, pelo dr. Fernando Costa, Secretario da Agricultura, Indus-*

A utilização do álcool como combustível e como matéria-prima industrial também já estava então na ordem do dia – seja para diminuir os gastos de divisas com as importações de derivados de petróleo, seja principalmente para defesa dos interesses da indústria açucareira em desenvolvimento no Estado de São Paulo. Isto aparecia expresso com todas as letras tanto nos Relatórios da Secretaria,<sup>56</sup> como em trabalhos dos melhores técnicos da época. Tal foi o caso de José Vizioli, quem, antes mesmo da Revolução de 1930 e do subsequente intervencionismo federal no sub-setor sucroalcooleiro, já advogava medidas concretas neste sentido.<sup>57</sup>

Em outras palavras, e para concluir, tudo indica que as políticas de defesa e de fomento da agroindústria canavieira já estavam no ar antes da mudança do regime político e da criação do IAA. E

isto estava ocorrendo não apenas no Nordeste, onde tendências neste sentido seriam de se esperar, devido à amplitude e ao enraizamento dos interesses vinculados à agroindústria canavieira, mas também em São Paulo, cujo sub-setor estava então dando os primeiros passos na sua arrancada definitiva. É claro que não se tratava de uma tentativa de estatizar a produção sucroalcooleira, mas antes de colocar o Estado a serviço de certos grupos empresariais. Ontem como hoje, a oposição à presença do Estado nas atividades dessa agroindústria sempre foi mais hipotética do que real.

---

*tria e Commercio – Anno de 1929*  
(São Paulo, sd, se), p.47.

<sup>56</sup> Idem, pp.48/49.

<sup>57</sup> José Vizioli, “O Alcool Industrial e a Defeza da Industria Assucareira”, *Boletim da Agricultura*, série 31, Nº 3-4, Mar/Abr. 1930, pp. 214–276.